

834

MARCELLO CAETANO

AOS RURAIS
E AOS PESCADORES

DISCURSO PRONUNCIADO NO PALÁCIO DE
S. BENTO AO RECEBER OS AGRADECIMENTOS
DOS TRABALHADORES RURAIS E DOS
PESCADORES, EM 27 DE SETEMBRO DE 1972

749

804



MARCELLO CAETANO

AOS RURAIS E AOS PESCADORES

DISCURSO PRONUNCIADO NO PALACIO DE
S. BENTO AO RECEBER OS AGRADECIMENTOS
DOS TRABALHADORES RURAIS E DOS
PESCADORES, EM 27 DE SETEMBRO DE 1972

SECRETARIA DE ESTADO DA INFORMAÇÃO E TURISMO

1 9 7 2



547
E.N.S.

AOS REAIS
E AOS PESCADORES

EXCERPTO DO RELATÓRIO DO COMISSÁRIO
DE PESCAÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DE 1924

SECRETARIA DE PESCAÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Senhores :

Quando soube da intenção de virem hoje aqui, tentei evitar-vos este incómodo. Mas disseram-me ser irresistível o vosso propósito e impossível evitar a sua realização.

Tenho muito prazer em estar convosco: mas sei que muitos de vós vêm de longe, todos com sacrifício de um dia de trabalho e com despesas dos próprios bolsos, e era a tudo isso que queria poupar-vos.

Não quisestes deixar de vir: obrigado.

A vida dos homens de Governo não é fácil nem alegre. As responsabilidades são muitas e pesadas. As preocupações afligem a toda a hora. Injustiças e incompreensões não faltam, e por muito que contra elas se esteja couraçado, doem sempre. Por isso quando se ouve uma palavra boa e sincera da boca dos governados, essa palavra é bálsamo e é estímulo.

Nas minhas visitas à província tem-se estreitado a comunhão do Governo com o povo: pelo que me respeita

nem sei o que diga das provas de carinho, de amizade mesmo, que recebi nestes quatro anos da massa popular. Por muitos anos que viva e sejam quais forem as vicissitudes do destino não esquecerei nunca, não digo já as grandes manifestações das multidões, mas sobretudo as saudações isoladas, os diálogos abertos, os sorrisos francos, as frases espontâneas, os votos cordiais, as flores com que a cada passo nos percursos tenho sido acolhido como pessoa de família, membro desta grande família portuguesa a que todos nos orgulhamos de pertencer.

Que acima de tudo pretendo servir a gente humilde da minha terra, é verdade. Que desejaria, ao deixar o Governo, que houvesse menos pobres em Portugal, e que os pobres que restassem fossem menos pobres, é verdade. Para isso não é preciso fazer guerra aos ricos: os ricos que o são por saberem empregar o seu dinheiro de modo a dar trabalho aos outros e assim permitirem melhor repartição da riqueza, constituem elementos úteis da sociedade. No catecismo antigo da doutrina cristã ensinava-se que um dos pecados que bradam aos céus é não pagar salário a quem trabalha. Tem de entender-se: salário justo. Para estar bem com o Céu é preciso praticar a justiça, no pagamento do trabalho como em tudo o resto.

O que acontecia em Portugal até aqui há anos era haver gente de mais a viver dos campos. A terra é generosa, mas os seus frutos não chegavam para retribuir com fatura os que a trabalhavam. Por outro lado existia a ideia de que a força dos laços familiares e uma tradicional solidariedade dos vizinhos não deixavam os velhos e os doentes

sem amparo. Por isso regalias que as leis garantiam aos empregados do comércio e da indústria eram desconhecidas no mundo rural.

Ora era indispensável modificar este estado de coisas. Porque a vida antiga das aldeias mudou muito. E a própria agricultura começou a mudar também. Chegou, pois a hora em que foi possível começar a dar aos trabalhadores rurais os mesmos direitos dos outros trabalhadores. E temos avançado rapidamente. Avanço rápido que se deve à maneira como trabalhou o Ministério das Corporações, quer sob a direcção do sr. dr. Gonçalves de Proença, quer na gestão dos srs. drs. Baltasar Rebelo de Sousa e Joaquim da Silva Pinto. Há que fazer ao Ministério a justiça devida pela forma como tem estudado os sucessivos problemas e encontrado e posto em prática as convenientes soluções.

Assim, partindo-se das casas do povo existentes foi-se dando aos seus inscritos o abono de família, mais tarde generalizado a todos os trabalhadores, haja ou não casa do povo a que estejam ligados. Ainda com base nos fundos de previdência das casas do povo, iniciou-se a melhoria da assistência médica e medicamentosa e, com a reforma na velhice e na invalidez, o aumento dos subsídios de casamento, por nascimento de filhos e por morte, de modo a equiparar os rurais aos restantes trabalhadores. As casas do povo têm-se multiplicado: é indispensável que em breve cubram todo o território do País.

Os encargos com esta acção têm sido grandes: os empresários agrícolas não os podiam suportar. Mas não podemos viver em compartimentos estanques e, por isso,

uma parte das despesas é suportada por fundos de compensação alimentados por contribuições de outros ramos de produção, sobretudo da indústria.

Estamos assim a caminho de, dentro de pouco tempo, ter garantido ao trabalhador rural condições de salário e de segurança social semelhantes aos restantes trabalhadores portugueses. No dia em que esta evolução estiver concluída, sentir-me-ei feliz.

Quanto aos pescadores, as suas casas desde há muito introduziram na classe normas e práticas de previdência que antigamente andavam fora dos costumes da gente do mar. Mas também a previdência geral se tinha distanciado do que nos anos 30 fora grande conquista para os trabalhadores da pesca. A abolição, pelo Governo, em 1970, do imposto do pescado veio permitir à indústria suportar os encargos com a indispensável actualização da previdência e a generalização do abono de família aos pescadores artesanais. Isto fez-se com a esperança de não parar.

O orador que falou em nome das casas dos pescadores recordou também o convívio que tenho mantido com alguns dos seus colegas. Foram momentos que apreciei muitíssimo. Agrada-me conversar com gente assim, franca e aberta, a quem a vida do mar e as voltas no mundo dão a cultura natural que se não bebe nos livros mas se aprende na experiência e se apura na reflexão.

O Senhor Ministro das Corporações anunciou já que vamos dar mais um passo nesta obra de dar a todos os trabalhadores as garantias essenciais de segurança social: esse passo é o de abranger na previdência as empregadas

domésticas, que dantes se chamavam (e não vejo desdouro no nome) criadas de servir. É uma classe que importa amparar e proteger. Vamos fazê-lo.

Nós não podemos realizar tudo quanto queremos e logo que o queremos. Mas do que todos podem estar certos é da enorme vontade que anima o Governo de servir o povo português. Para isso aceitei, faz hoje quatro anos, estas espinhosas funções. Para servir a Nação na integridade de todas as suas parcelas daquém e além-mar. Para servir o País na resolução dos seus problemas políticos, económicos e sociais. Para servir os Portugueses, ajudando-os a realisar-se como pessoas dentro da sociedade que lhes impõe limites e deveres para que unidos na mesma fé e na mesma esperança possam engrandecer e perpetuar Portugal.

NB



EFG0000513128



S.N. I